

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

.....  
**AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA**  
**(ORGANIZADOR)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

.....  
AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
C569	Ciências humanas: diálogo e política de colaboração 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0860-4 DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.604220612">https://doi.org/10.22533/at.ed.604220612</a>  1. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.  CDD 101
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Neste livro, intitulado “**Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração 2**”, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam a área de Ciências Humanas.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Diante disso, a área de Ciências Humanas se consolida como importante para a sociedade, sobretudo nesse momento pós-pandêmico. No atual contexto social e político, é necessário assumir esse lugar de luta, fazendo das diversas problemáticas de pesquisa e experiências ferramentas para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto social, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

**CAPÍTULO 1 ..... 1**

ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E A SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO NO PERÍODO DE 2010 A 2020

Bruna Lopes Tupinambá Coutinho

Márcio Adriano de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206121>

**CAPÍTULO 2 ..... 15**

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA NO IFRN CAMPUS NATAL CENTRAL: O IMPACTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DOCUMENTOS REGULATÓRIOS

Bruna Lopes Tupinambá Coutinho

Márcio Adriano de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206122>

**CAPÍTULO 3 .....29**

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM AULAS DE BIOLOGIA E HISTÓRIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PIRACICABA DO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL

Cinthia Lopes da Silva

Roberto Gaioski Júnior

Luciléa Martinez de Oliveira

Juliana de Lourdes Honório

Eliana Maria Ferin

Nilda Meireles da Silva

Antonio Ivan Cesso

Jaime Farias Dresch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206123>

**CAPÍTULO 4 .....36**

PETER SLOTERDIJK: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RAÍZES RELIGIOSAS DO RESSENTIMENTO E DA IRA

José dos Anjos Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206124>

**CAPÍTULO 5 ..... 61**

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Herculano da Silva Melo

Sandra Maria Alves Barbosa Melo

Andrea Perez Leinat

Cláudia Graner Módos

Carla Silva Lima

Raquel de Brito Fontenele

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206125>

**CAPÍTULO 6 ..... 71**  
IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL EM FRENTE À  
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM  
Jeannys Maria Leite de Sousa  
Rosarina de Sousa Oliveira  
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042206126>

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 81**

**ÍNDICE REMISSIVO .....82**

# GESTÃO E ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA NO IFRN CAMPUS NATAL CENTRAL: O IMPACTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DOCUMENTOS REGULATÓRIOS

*Data de submissão: 14/11/2022*

*Data de aceite: 30/11/2022*

### **Bruna Lopes Tupinambá Coutinho**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Natal – RN  
<https://orcid.org/0000-0002-4348-8494>

### **Márcio Adriano de Azevedo**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Natal – RN  
<https://orcid.org/0000-0003-1964-786X>

**RESUMO:** O presente artigo objetiva estudar o impacto do Projeto Político Pedagógico na gestão e organização da Extensão na Educação Profissional, analisando o PPP e os documentos regulatórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e a organização extensionista no IFRN Campus Natal Central. Este trabalho tem caráter de pesquisa qualitativa, utilizando procedimentos bibliográficos e documentais. A pesquisa indica que o projeto político pedagógico determina a criação dos documentos regulatórios de todo o fazer institucional, o que impacta diretamente a gestão e organização extensionista. E o resultado encontrado demonstra-se

através da análise do PPP e documentos regulatórios do IFRN, comparados com a gestão e organização extensionista no IFRN Campus Natal Central. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade da participação de toda a comunidade acadêmica na construção do projeto político pedagógico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Político Pedagógico. Educação Profissional. Extensão. IFRN.

### **EXTENSIONIST MANAGEMENT AND ORGANIZATION AT IFRN CAMPUS NATAL CENTRAL: THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AND REGULATORY DOCUMENTS IMPACT**

**ABSTRACT:** This article aims to study the Pedagogical Political Project impact on the Extension management and organization in Professional Education, analyzing the PPP and the regulatory documents of the Federal Institute of Education, Science and Technology from Rio Grande do Norte and the extension organization at IFRN Campus Natal Central. This work has a qualitative research character, using bibliographic and documentary procedures. The research indicates the pedagogical political project

determines the creation of regulatory documents of all institutional making, which impacts directly the extension management and organization. And the result found is demonstrated through the PPP and ifrn regulatory documents analysis, compared with the IFRN Campus Natal Central extension management and organization. In this sense, the study emphasizes the need for the entire academic community participation in the construction of the pedagogical political project.

**KEYWORDS:** Pedagogical Political Project. Professional Education. Extension. IFRN.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é o documento que representa a identidade das diferentes instituições de ensino, reunindo os fundamentos do fazer institucional que servirão de base para a criação de todos os documentos regulatórios. Assim, este trabalho estuda o documento intitulado Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva (IFRN, 2012) e os documentos regulatórios da prática extensionista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, com o objetivo de entender como o PPP e os documentos regulatórios da Extensão impactam a gestão e organização extensionista no IFRN Campus Natal Central. Demonstrando como ocorre tal impacto na Extensão do IFRN Campus Natal Central, demonstra-se como o PPP impacta o fazer institucional das diferentes instituições de ensino.

## 2 | METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base nos fundamentos da abordagem qualitativa, através da análise de dados bibliográficos e documentais. Além disso, foi realizada observação participante da gestão e organização extensionista no Campus Natal Central do IFRN. A autora é servidora do Campus Natal Central, lotada na Coordenação de Projetos e Relações Comunitárias (COPREC) da Diretoria de Extensão (DIREX) do IFRN Campus Natal Central desde o ano de 2017. Ressaltamos que a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais e Humanas trata a realidade tendo os dados quantitativos como suporte para os dados qualitativos. E nesse sentido, o estudo busca demonstrar que o projeto político pedagógico das diferentes instituições de ensino determina a criação dos documentos regulatórios de todo o fazer institucional, o que impacta diretamente a gestão e organização extensionista.

## 3 | A EXTENSÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN

O desenvolvimento da extensão no Brasil aconteceu de forma espontânea antes do advento da Constituição Federal de 1988, quando houve uma aproximação progressiva entre universidade e comunidade através do auxílio no desenvolvimento das políticas públicas em vigor no país e o amparo a movimentos sociais emergentes.

Nesse contexto, a Carta Magna estabeleceu que: “Art. 207 – As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Ou seja, universidades e instituições equiparadas, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que surgiram posteriormente, passaram a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial com base nesse artigo, mas passaram a ser obrigadas a obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também.

No documento “Política Nacional de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012), foi apresentado o conceito de “extensão universitária”, como denominada originalmente pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras – FORPROEX. Tal conceito consiste em: “A Extensão Universitária, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Por outro lado, o documento intitulado Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva (IFRN, 2012) contém os fundamentos de todas as ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, trazendo as concepções, princípios e diretrizes que norteiam as diferentes práticas e políticas educacionais em desenvolvimento no instituto.

Conforme IFRN (2012), o PPP configura o documento de identidade da instituição. Por isso, trata de aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos e educacionais. E trata-se de instrumento de gestão democrática, que tem o objetivo de conjugar da melhor forma as características e necessidades da instituição, prezando pelo caráter participativo dos diferentes processos envolvidos.

Assim, a reconstrução do PPP do IFRN foi fruto da colaboração entre todos os docentes, técnicos administrativos e alunos dos diferentes campi e da Reitoria, através dos diversos ambientes de troca intelectual e eventos desenvolvidos para esse fim como seminários e fóruns de discussão realizados entre os anos de 2009 a 2012.

E como ponto de partida para o nosso estudo, ressaltamos a função social do IFRN que consiste em “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral” (IFRN, 2012, p. 21).

Além disso, ressaltamos que:

O Instituto deve promover uma formação pautada em uma visão humanística e ancorada nos seguintes princípios:

(...)

b) gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos

princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;

(...)

d) verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

e) formação humana integral, com a produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo;

(...)

e i) democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada (IFRN, 2012, p. 21).

Nesse sentido, podemos observar que a gestão democrática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a formação humana integral e a democratização do conhecimento estão entre os princípios do IFRN, que tem o objetivo geral de proporcionar uma educação de qualidade socialmente referenciada.

E no tocante à extensão, podemos entender que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte pretende buscar a formação humana integral, partindo de uma gestão democrática que priorize a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como direito social, de cidadania e do ser humano como descrito mais adiante no documento (IFRN, 2012).

Isto é, currículo e gestão relacionam-se de forma interdependente no contexto político, sendo possível analisá-los de forma crítica partindo de modelos e lógicas educativos e de formação, os quais são permeados pelas lógicas de Estado e Mercado. Além disso, podemos verificar como ocorreu a institucionalização da educação dentro de determinada instituição e como se deu a estruturação da escola, analisando a relação entre currículo, gestão e política dentro do PPP.

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico do IFRN refere-se diretamente à Extensão, entre as suas características e finalidades, prevendo o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. E entre os seus objetivos, refere-se à extensão buscando o desenvolvimento de atividades extensionistas articuladas com os diferentes segmentos sociais e o mundo do trabalho.

Compreendemos que o novo PPP do IFRN foi o que permitiu à instituição “atuar em todo o Rio Grande do Norte, oferecendo educação profissional e tecnológica pública, laica e gratuita nos diversos cursos, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância” (IFRN, 2012, p. 27), mesmo em meio à expansão e reestruturação da educação profissional e tecnológica no Brasil. Foi o que permitiu que a instituição não perdesse a sua identidade mesmo com a grande expansão e interiorização vividos no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

No entanto, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão continua sendo um desafio para o IFRN até o ano de 2022, ainda que haja a sua previsão entre os princípios,

características, finalidades e objetivos do seu Projeto Político Pedagógico desde 2012.

Como reflete o próprio texto documental, não podemos negar que “no decorrer de seus cem anos, a Instituição já se consolidou, quando se trata do ensino técnico de qualidade. Faz-se necessário, entretanto, intensificar políticas e ações focadas na pesquisa e na extensão, com o objetivo de se firmar, na mesma proporção qualitativa, nesses dois outros âmbitos” (IFRN, 2012, p. 30).

Ou seja, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte precisa enfrentar os seus desafios e buscar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão continuamente, o que está previsto entre os princípios que regem o instituto. Precisa buscar, sobretudo, a equiparação qualitativa das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em prol de alcançar uma educação humana integral e emancipadora.

Contudo, os desafios enfrentados na grade curricular do IFRN são complexos e plurais, além da instituição apresentar natureza “multicampi”, espalhando-se em diversos municípios e regiões do estado, o que dificulta o enfrentamento sistêmico de tais desafios, tendo em vista as particularidades de cada local.

De forma significativa, por exemplo, o PPP das diferentes instituições impacta nos requisitos iniciais e na formação docente continuada, o que reflete em todas as ramificações da relação entre professores e alunos. Por isso, a necessidade de tratar com toda a seriedade a consulta prévia à comunidade característica da gestão democrática em Educação.

E no tocante à extensão, o impacto gerado pela PPP acontece da mesma forma. Por isso, ressaltamos que o desenvolvimento de projetos de extensão aparece entre os indicadores metodológicos para a persecução da diretriz que considera a pesquisa como um dos princípios orientadores da formação, o que se deve à indissociabilidade constitucional entre ensino, pesquisa e extensão.

## **4 | A EXTENSÃO NO IFRN E OS DOCUMENTOS REGULATÓRIOS**

As atividades de extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte são regulamentadas pela Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP) da instituição, que entende a Extensão para o IFRN como “um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a comunidade externa, levando em consideração a territorialidade” (IFRN, 2017, p. 2).

Segundo IFRN (2017) ainda, a Extensão no IFRN tem como diretrizes, “a disseminação de conhecimentos por meio de programas, projetos, cursos de extensão, internacionalização, promoção e participação em eventos para divulgação das atividades institucionais, prestação de serviços à comunidade externa e relações com o mundo do

trabalho” (IFRN, 2017, p. 2).

Assim, temos que as ações de Extensão no IFRN são desenvolvidas seguindo as áreas temáticas previstas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), quais sejam: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

E conforme IFRN (2017), as ações de extensão devem surgir por iniciativa da comunidade interna do instituto ou, preferencialmente, por captação de demanda da comunidade externa. A extensão tem o papel fundamental de articular a comunidade interna e externa das diferentes instituições, devendo ser a forma primordial de articulação entre o ensino e a pesquisa. A captação de demanda externa é o instrumento por excelência que garante a eficácia das ações desenvolvidas entre as comunidades interna e externa.

Nessa perspectiva, faz-se necessário conhecer a natureza, problemas e demandas da comunidade externa para um real engajamento, e a longo prazo, do público-alvo nas atividades de extensão. Ações pontuais podem ser realizadas para divulgação e disseminação de saberes, ou para capacitação e atendimento a demandas urgentes, mas a captação de demandas por uma proximidade cada vez maior da população ao entorno, do setor produtivo e de organizações governamentais torna-se essencial se pensamos na manutenção da atividade extensionista a longo prazo.

Como ensina Freire (2002):

Quando entro em sala de aula, devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições. E um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa de ser aprendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido (FREIRE, 2000, p. 21).

Dessa forma, precisamos entender ensino, pesquisa e extensão como princípios educativos, o que a análise do PPP e documentos regulatórios do IFRN garante. E para isso, vale salientar o que ensina Freire (2002) em todo decorrer da sua obra “Pedagogia da Autonomia”, que juntamente à obra do autor (FREIRE, 2015) “Extensão ou Comunicação?”, configuram-se como verdadeiros guias para a ação discente e docente no tocante ao tratamento do ensino, pesquisa e extensão como princípios educativos.

Em Freire (2002), o autor ressalta que a relação entre professores e alunos deve ser voltada para alcançar a independência de pensamento para a construção do processo formativo. E para isso, professores e alunos precisam enxergar-se como “seres pensantes” e assumir uma postura crítica para que a construção do conhecimento aconteça de forma conjunta.

Em Freire (2015), as ações extensionistas configuram-se como oportunidades de

troca de conhecimentos entre a instituição de ensino e a sociedade envolvidas. O autor (FREIRE, 2015) refere-se às atividades extensinistas como espaços possíveis de produção de conhecimento para a eficácia das políticas públicas em desenvolvimento no país.

Nesse sentido, as ações de extensão serão desenvolvidas por servidores e discentes do IFRN, quando regularmente matriculados, e a Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP) restringe a coordenação dessas ações a servidores do quadro permanente do instituto.

Ou seja, docentes temporários ou visitantes e terceirizados não podem coordenar ações de extensão, o que não os impede de participarem como membros da equipe de coordenação, inclusive com parte da sua carga horária destinada a ações de extensão. E poderá haver ações intercampi, mas coordenarão as ações os servidores lotados no campus sede das ações extensionistas. Membros da comunidade externa poderão participar da equipe de organização das diferentes ações, mas deverá ser celebrado um acordo de cooperação técnica previamente ou haver um convite formal para ações pontuais.

No tocante aos eventos de extensão, por exemplo, destacamos que:

Art. 26. Todos os eventos de extensão devem passar por anuência da Diretoria/ Coordenação de Extensão do *Campus*:

I. A ação deve ser registrada com antecedência mínima de 30 dias, todavia, é facultado aos Campi o estabelecimento de prazos e trâmites próprios para o registro, conforme especificidades do evento.

II. Em caso de utilização de recursos financeiros, um prazo de 30 dias pode ser insuficiente, cabendo ao proponente realizar consulta prévia aos setores responsáveis.

III. Cabe à Coordenação do Evento o registro e a implementação da ação, além de procedimentos posteriores referentes à certificação dos participantes.

IV. Sempre que for necessário, nomear comissão através de portaria para esse fim. Parágrafo único: Até que seja disponibilizado um módulo específico para registro de Eventos no SUAP, deve ser elaborado um plano de trabalho com as seguintes informações: data/período; título; objetivos; descrição; cronograma e metodologia; membros (coordenador e equipe); convidados; recursos físicos (instalações, equipamentos e materiais de consumo); recursos financeiros; público-alvo; e resultados esperados. E, se necessário, disponibilizada a lista de participantes para a certificação (IFRN, 2017, p. 5-6).

Como podemos observar, havia a necessidade da elaboração de um plano de trabalho prévio para os eventos de extensão contendo todas as informações listadas acima. No entanto, como a Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP) do IFRN foi publicada há quase 5 anos, temos o módulo Eventos no Sistema Único de Administração Pública – SUAP desde o ano de 2021.

E no tocante aos projetos de extensão, ressaltamos o “Manual do sistema de gerenciamento de Projetos de extensão do IFRN” (NÓBREGA, 2018), que se divide nas sessões em que trata do papel desempenhado pela Extensão no Instituto federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e na que trata especificamente do módulo “Projetos” no SUAP.

O Manual de Projetos de Extensão do IFRN (NÓBREGA, 2018) faz uma análise detalhada da Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP/IFRN) e reforça alguns pontos como as modalidades das ações de extensão previstas para o IFRN, as quais apresentamos anteriormente, e as áreas temáticas que abrangem as ações de extensão, quais sejam: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho. Lembrando que as áreas temáticas para extensão foram trazidas pelo documento “Política Nacional de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012).

Como ensina Nóbrega (2018):

A gestão de projetos pode obter sucesso em qualquer estrutura organizacional, sendo fundamental que a organização tenha uma cultura interna de gestão de projetos alicerçada em quatro valores básicos: cooperação, trabalho em equipe, confiança e comunicações eficientes (KERZNER, 2002, p. 215-217). Foi pensando no amadurecimento da gestão de projetos de extensão no IFRN que o módulo de Projetos foi desenvolvido no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) como forma de registro de todo processo, garantindo que os conhecimentos e as experiências se encontrem documentados e sirvam para auxiliar a gestão em tempo real (NÓBREGA, 2018, p. 19).

Ou seja, o módulo de Projetos no SUAP foi desenvolvido como uma ferramenta de gestão de projetos cabível para qualquer estrutura organizacional, com o objetivo de atender à necessidade de fornecer maiores informações acerca dos projetos de extensão em desenvolvimento no IFRN desde o momento do seu cadastramento no sistema.

E apenas para fins de esclarecimento, ressaltamos que a Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP) do IFRN em seu art. 27 determina que “todas as atividades de internacionalização devem passar pela anuência da Assessoria de Relações Internacionais ou, de acordo com o teor, pela Diretoria/Coordenação de Extensão do Campus (...). Como o caráter desse tipo de ação é variado, deve-se seguir o trâmite do tipo de ação específica” (IFRN, 2017).

Contudo, as ações de internacionalização a nível de IFRN ainda partem em sua maioria da Pró-Reitoria de Extensão, mais especificamente da Assessoria de Extensão e Relações Internacionais. E apenas a partir de 2019, que percebemos as primeiras tentativas de estruturação de núcleos de internacionalização nos diferentes campi.

Dentro das modalidades das ações de extensão no IFRN, a mais difícil de ser entendida como extensão talvez seja a modalidade visita. E por esse motivo, optamos por transcrever na íntegra o que a Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP) do IFRN esclarece a respeito desta modalidade:

Art. 31. As visitas podem ser técnicas ou exploratórias, podendo ser realizadas pelo IFRN a empresas e instituições, bem como por estas ao Instituto, e organizações nacionais e internacionais.

I. As visitas técnicas têm o objetivo de realizar ações previamente acordadas entre o IFRN e organizações, promover o ingresso dos discentes e egressos no mundo do trabalho e fomentar as atividades de internacionalização.

II. As atividades exploratórias têm como objetivo verificar potenciais parceiros para o IFRN (IFRN, 2017, p. 7).

Nesse sentido, podemos perceber que a maior diferença entre a modalidade visita e as demais modalidades de ações de extensão é que a Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP) do IFRN prevê que “as visitas devem ser realizadas, preferencialmente pelos membros do comitê de extensão e coordenadores de cursos, todavia os docentes também podem realizar essa ação” (IFRN, 2017, p. 7).

Ou seja, a modalidade visita não envolve de forma preferencial os discentes pelo menos em um primeiro momento. Isso diminuiu o seu caráter propriamente extensionista, mas obrigada a visita a ser realizada preferencialmente pelos membros do comitê de extensão e coordenadores de curso, não possibilitando a participação de todos os docentes de imediato. Ressaltamos que o Comitê de Extensão do IFRN é formado pelo Diretor de Extensão e Coordenadores de Projetos e Estágios do Campus Natal Central e por todos os Coordenadores de Extensão dos diferentes campi.

## **5 | GESTÃO E ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA NO IFRN CAMPUS NATAL CENTRAL**

A Extensão no campus Natal Central consiste na Diretoria de Extensão (DIREX), que engloba a Coordenação de Projetos e Relações Comunitárias (COPREC), a Coordenação de Estágios e Egressos (CEE) e a Assessoria de Relações Internacionais (ARI), as quais vinculam-se respectivamente à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Assessoria de Programas e Convênios (ASPROC), Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho (ASREMT) e Assessoria de Extensão e Relações Internacionais (ASERI) a nível de Reitoria.

Para análise da gestão e organização extensionista, é preciso partir do princípio que:

As políticas de gestão, no que se refere à associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, devem contribuir para a construção de tecnologias sustentáveis e comprometidas, socialmente, com a melhoria da qualidade de vida da população (...). Essas políticas de gestão não devem privilegiar uma concepção arcaica de tecnologia, uma visão que dissocie as engenharias das ciências teóricas e das humanidades. Isso criaria a ilusão de uma separação entre áreas de primeira, de segunda e de terceira classe, no que diz respeito à educação tecnológica (IFRN, 2012, p. 44).

Ou seja, precisamos analisar a relação entre ensino, pesquisa e extensão a partir do que está previsto no Projeto Político Pedagógico do Instituto (IFRN, 2012), trabalhando em uma perspectiva de não alienação da mão-de-obra e não submissão às leis do Mercado. Ensino, pesquisa e extensão trabalhando de forma indissociável precisam, sobretudo, ter

como objetivo a construção de tecnologias sustentáveis e comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da população, o que passa pela não alienação da mão-de-obra e a não submissão às leis do Mercado como prevê o próprio PPP do IFRN.

Além disso, para análise da gestão e organização extensionista, precisamos necessariamente estudar a avaliação de políticas públicas para verificarmos se as ações extensionistas alcançam os fins inicialmente pretendidos. Por isso, trazemos os trabalhos clássicos de Figueiredo M. e Figueiredo A. (1986), Viana (1996), Saraiva e Ferrarezi (2006) e Cunha (2006). Os autores apontam que a avaliação de políticas se resume à análise da política desde a sua definição.

Saraiva e Ferrarezi (2006) resgataram tudo que se havia estudado sobre política pública até a formulação do seu trabalho e desenvolveram uma verdadeira introdução à política pública, refletindo inclusive sobre as diferentes visões da atividade estatal.

Segundo os autores (SARAIVA; FERRAREZI, 2006), podemos entender política pública como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 28). Além disso, ensinam que as etapas de uma política pública dividem-se em: Agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

De forma simplificada, Saraiva e Ferrarezi (2006) entendem por: Agenda, a inclusão de determinado pleito entre as prioridades do poder público; elaboração, a identificação de um problema da comunidade e a determinação de alternativas para a sua resolução; formulação, a seleção da alternativa mais conveniente para a resolução do problema; implementação, planejamento e organização do plano administrativo; execução, conjunto de ações destinado para alcançar os objetivos pretendidos; acompanhamento, processo sistemático de supervisão das atividades desenvolvidas; e avaliação, mensuração e análise dos efeitos produzidos.

Nesse contexto, Cunha (2006) apresenta as diferenças entre análise e outras formas de feedback ou consulta dentro da avaliação de políticas públicas. Assim, Cunha (2006) ressalta a auditoria tradicional, o monitoramento, a mensuração de desempenho e a análise das políticas como ferramentas de avaliação de políticas, as quais ressaltamos que são de sobremaneira importantes para a análise da gestão e organização extensionista.

Cunha (2006) alerta para a importância do monitoramento ao buscar reunir informações aprofundadas sobre os diferentes processos do fazer institucional, que em sua última instância nada mais é do que a organização de toda a instituição para a persecução das políticas públicas para as quais foi criada. Trata-se de um processo contínuo, que permeia todo o fazer institucional e tem o objetivo de corrigir imediatamente qualquer desvio encontrado.

Por outro lado, Viana (1996) construiu modelos exemplificativos das fases da política pública para identificar quais são as variáveis que realmente influenciam as

políticas públicas em execução, além da forma como acontecem as interações entre os diversos atores governamentais e não governamentais. Para Viana (1996), é preciso conhecer todos os atores envolvidos no processo decisório para entendermos como ocorre a interação entre as suas ações e intenções.

E nessa perspectiva, ressaltamos o trabalho de Figueiredi M. E Figueiredo A. (1986) que focaram no campo da avaliação de políticas públicas e buscaram sobretudo distinguir a avaliação política da avaliação de políticas. Os autores sugeriram que a avaliação política configuraria uma etapa preparatória da avaliação de políticas.

Figueiredo M. e Figueiredo A. (1986) postularam que a avaliação política consiste basicamente em atribuir valor às políticas. Para isso, ensinaram que precisamos conferir valor “às suas consequências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas” (FIGUEIREDO M.; FIGUEIREDO A., 1986, p. 108).

E considerando que o Projeto Político Pedagógico discrimina os meios como a instituição buscará executar as políticas públicas vigentes, ressaltamos que a “autonomia pedagógica materializa-se na prerrogativa de que a Instituição pode elaborar o seu PPP, a essência da organização do fazer institucional” (IFRN, 2012, p. 56).

Ou seja, a prerrogativa constitucional da autonomia pedagógica para as instituições de ensino superior, às quais são equiparados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia permite que cada instituição defina, planeje, desenvolva e avalie o ensino, a pesquisa e a extensão de forma colegiada em acordo com as diretrizes nacionais.

Desse modo, o PPP do IFRN apresenta os aspectos que devem ser respeitados quanto ao ensino, a pesquisa e a extensão de forma geral. E outros documentos institucionais discriminam cada um desses aspectos, como a Resolução n. 58/2017 do Conselho Superior (CONSUP), que regulamenta a prática extensionista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, 2017) e o Manual do sistema de gerenciamento de Projetos de extensão do IFRN (NÓBREGA, 2018).

Como mecanismos reguladores no IFRN temos:

O Conselho Superior (CONSUP), de caráter deliberativo; o colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX), de caráter consultivo e deliberativo, em suas áreas de competência; e a Comissão de Ética. Há, ainda, os Conselhos Escolares e os Conselhos de Classe, os Grêmios Estudantis, o Diretório Central Estudantil e os Centros Acadêmicos. Ademais, inscreve-se, em um patamar de extrema relevância para a adoção da gestão democrática, a eleição direta definida regimental e estatutariamente, para a escolha do Reitor, dos Diretores-Gerais, da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e da Comissão Interna de Supervisão (CIS) (IFRN, 2012, p. 58).

Assim, precisamos compreender a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Assessoria de Programas e Convênios (ASPROC), Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho (ASREMT) e Assessoria de Extensão e Relações Internacionais (ASERI) como mecanismos

reguladores para a atividade extensionista exercida nos deferentes campi.

A Pró-Reitoria de Extensão regula as ações extensionistas de forma geral. A Assessoria de Programas e Convênios regula os projetos de extensão em execução; a Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho regula estágio, jovem aprendiz e egressos; e a Assessoria de Extensão e Relações Internacionais regula todos os convênios, contratos e ações de internacionalização.

Salientamos que a PROEX e suas assessorias obedecem aos documentos institucionais e órgãos reguladores específicos. Não podem regular a atividade extensionista de forma arbitrária. Além disso, destacamos que o Projeto Político Pedagógico do IFRN defende “a opção por projetos integradores, uma vez que valorizam a pesquisa tanto individual quanto coletiva, promovem aprendizagem significativa e viabilizam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão” (IFRN, 2012, p. 76).

Ou seja, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte tem como uma de suas prioridades a experiência dos alunos com os projetos integradores, sobretudo para buscar o tratamento conferido ao ensino, à pesquisa e à extensão como princípios educativos. Os projetos integradores proporcionam um ambiente propício para a integração entre docentes e discentes, docentes entre si, discentes entre si e com os diversos objetos de estudo e áreas do conhecimento.

Por outro lado, tratamos o ensino, a pesquisa e a extensão como princípios educativos quando proporcionamos aos alunos terem a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão desde a base do processo formativo. Inclusive, dentro ou fora do ambiente acadêmico. No entanto, o projeto integrador é um desafio para todo o IFRN e ressaltamos que “deve partir da análise de uma problemática calcada em uma visão crítica; deve retratar uma trajetória de pesquisa (...) e de interpretar as necessidades da sociedade, oportunizando intervenções nas práticas sociais” (IFRN, 2012, p. 78).

## **6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizando o nosso estudo, almejamos ter conseguido demonstrar o impacto do Projeto Político Pedagógico na gestão e organização da Extensão na Educação Profissional, a partir da análise do PPP e documentos regulatórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte em sua relação com a organização extensionista no IFRN Campus Natal Central.

Defendemos que o projeto político pedagógico determina a criação dos documentos regulatórios de todo o fazer institucional, o que impacta diretamente a gestão e organização extensionista. Por exemplo, o PPP das diferentes instituições impacta nos requisitos primários e na formação docente continuada, o que reflete em todas as ramificações da relação entre professores e alunos e não apenas no concernente à extensão.

E exclusivamente quanto às atividades extensionistas, o impacto gerado pela PPP

acontece no desenvolvimento de projetos de extensão como indicador metodológico para o alcance da diretriz que considera a pesquisa como um dos princípios orientadores da formação, o que remete à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão prevista no artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Ressaltamos que a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e suas assessorias obedecem aos documentos institucionais e órgãos reguladores específicos, o que acontece de forma similar nas demais instituições de ensino superior. Pois não podem regular a prática extensionista de forma arbitrária.

E destacamos que o Projeto Político Pedagógico do IFRN defende que se opte por projetos integradores, o que acaba por integrar ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que os projetos integradores valorizam a pesquisa tanto individual e coletiva, promovendo aprendizagem e viabilizando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. E devem ocorrer de forma muito parecida, mesmo que com nomes distintos, nas diferentes instituições de ensino.

Nesse sentido, defendemos o tratamento concedido ao ensino, à pesquisa e à extensão como princípios educativos, tendo em vista proporcionarem aos alunos a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão desde a base do processo formativo. Inclusive, ressaltamos a necessidade da participação de toda a comunidade acadêmica na construção do projeto político pedagógico, o que permite adequar o relacionamento entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, porém adequada aos diferentes atores e configurações da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. *Diário Oficial da União*, 5 out. 1988. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 dez. 2020.

CUNHA, C. G. S. (2018). Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento** (ed. 12). Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>. Acesso em: 17 maio 2021.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Revista Análise e Conjuntura**. v. 1, n. 3, set./dez. 1986. p. 107-127.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: out./nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Natal/RN: Editora do IFRN, 2012. Disponível em: Projeto Político-Pedagógico do IFRN - Ebook.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 58, de 17 de novembro de 2017: regulamenta as atividades de extensão no âmbito do IFRN**. Natal/RN: Conselho Superior, 2017. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2017/resolucao-no-58-2017/view>. Acesso em: 27 dez. 2021.

NÓBREGA, S. M. **Manual do sistema de gerenciamento de Projetos de extensão do IFRN** (1 ed.). Natal/RN: Editora do IFRN, 2018. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1662>. Acesso em: 17 maio 2021.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília; ENAP, 2006 (Coletânea v.1).

VIANA, A. L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 5-43, mar./abr. 1996.

**A**

Alunado 65, 71, 72, 76

Aprendizagem 6, 8, 14, 26, 27, 30, 33, 34, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

**B**

Biologia 29, 30, 31, 32, 33

**C**

Cultura 10, 11, 17, 20, 22, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 49, 55, 56, 63, 65, 81

**E**

Educação de jovens e adultos 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Educação profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 26, 65

Escola 6, 18, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Experiência pedagógica 30

Extensão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 55, 81

Extensão universitária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 22, 27

**H**

História 12, 13, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 63, 66, 68, 69, 70

**I**

IFRN 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

**M**

Mundo do trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 23, 25, 26

**P**

Perfil aluno da EJA 62

Professor da EJA 61, 62, 65

Projeto político pedagógico 15, 16, 18, 19, 23, 25, 26, 27

Psicopedagogia institucional 71, 81

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)